



Relatório de Desempenho da Gestão 2024- Tribunal de Justiça

Resultados das metas e indicadores de desempenho no PPA em 2024

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2024 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “1.9–Segurança Pública e Justiça” do Eixo “1–O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2024-2027)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seu programa temático de governo (Programa nº “192–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores de Tema Estratégico.

Tabela 1-Desempenho dos Indicadores de Tema Estratégico

TEMA 1.9 – SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA					
Resultado Temático: População segura, com direitos fundamentais garantidos, em especial proteção à vida, à integridade física e ao patrimônio, com acesso a um sistema de justiça célere, resolutivo e humanizado, com ênfase nos grupos historicamente vulnerabilizados					
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização
Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual	Percentual geral de satisfeitos dos 7 blocos avaliados	2024	64,00	74,47	116,36
Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual	Percentual de processos baixados em relação ao número de casos novos	2024	121,24	105,90	87,35

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Tema Estratégico do PPA 2024-2027– Período: janeiro-dezembro de 2024).



O “Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual”-IAD reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2024, visto que alcançou percentual de realização de 87,35% em relação à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 105,90%, que se manteve superior a 100%, onde se computou um total de 649.489 casos novos e de 687.797 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Cabe destacar que quando se compara o volume anual, observa-se um aumento de 10,63% de processos baixados em 2024 (687.797) em relação a 2023 (627.559), ao passo que o número de casos novos que ingressou em 2024 (649.489) foi 12,79% superior ao que ingressou em 2023 (575.833). Embora o TJCE tenha baixado mais processos do que recebe, o IAD não conseguiu bater a meta estipulada de 121,24%, pois o percentual de crescimento dos casos novos foi superior ao de crescimento de baixas. Cumpre informar ainda que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano devido a prazos legais e processuais a serem cumpridos, a exemplo dos processos ingressados no fim do ano de 2024.

Desse modo, frente ao cenário de um volumoso acervo processual e da necessidade de aumento de produtividade, tanto o estabelecimento de metas na GAM quanto a disponibilização dos painéis de BI de gestão permitiram auxiliar as unidades judiciais no planejamento de suas metas, de forma que pudessem alcançar o desempenho do indicador, não só pela própria unidade, como também pelo TJCE. Além disso, com os investimentos em transformação digital proporcionados pelo Programa de Modernização do Judiciário Cearense (Promojud), as soluções tecnológicas que começaram a ser desenvolvidas e implantadas (como robôs e ferramentas de IA) no âmbito do TJCE também têm contribuído para melhorar os indicadores de produtividade do Tribunal, o que se pode observar pelo crescimento de julgamentos e baixas processuais observado em 2024, em relação a 2023, de 14,7%, enquanto que em 2023 o crescimento do número de baixas em relação a



2022 foi de apenas 9,4%. Isso reforça, conforme mencionado acima, o esforço do Tribunal em dar vazão ao seu acervo processual, julgando e baixando mais processos do que o quantitativo que ingressa no ano. E a tendência é de que o indicador apresente melhorias nos próximos anos.

No que diz respeito ao indicador “*Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual*”, este mensura a satisfação da sociedade através da aplicação de questionários em pesquisa realizada com jurisdicionados e sociedade com posterior análise qualiquanti das respostas obtidas, cujos formulários apresentaram perguntas objetivas sobre a atuação do Judiciário estadual, avaliando os seguintes temas/eixos: Acessibilidade, Atendimento prestado, Prestação de serviços, Uso da tecnologia da informação, Comunicação com a sociedade, Transparência nas informações e Infraestrutura dos prédios.

Em relação aos resultados do indicador, destaca-se que em 2024 o percentual de satisfação aumentou 2,73 pontos e o percentual de insatisfação caiu 4,8 pontos em relação à pesquisa do ano anterior. O resultado positivo era esperado, pois a pesquisa de 2024 contou com uma representatividade bem maior do interior do Estado (14 pontos a mais do que em 2023). Com isso, o resultado da percepção da sociedade com relação ao Poder Judiciário saiu de 71,74% em 2023 para 74,47% em 2024, refletindo os esforços e melhorias implementadas e executadas pelo Poder Judiciário cearense.

As principais entregas planejadas ou executadas por eixo do indicador foram:

1- Acessibilidade: Mudança para uso de linguagem simples em todas as certidões on-line emitidas pelo Sirece, iniciando pela Certidão para Candidatura do TRE; Implantação Certidão de Antecedentes Criminais Estadual Unificada; Implantação de plataforma de navegação indoor no prédio do Fórum Clóvis Beviláqua, que servirá para orientar deficientes visuais, além de diferenciar rotas para cadeirantes e trazer outros recursos que promovem acessibilidade, promovendo autonomia, dando consciência de localização ao usuário, permitindo a acessibilidade e a livre movimentação, com independência e segurança.

2- Atendimento prestado: Novo Modelo Humanizado e Inclusivo de Atendimento Ernst & Young – (14 protocolos de atendimento); Balcão Virtual no teams para todas as unidades judiciais (23.007 atendimentos); TJCE Mobile (Autorização de viagem para



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

menores de idade; Quero Conciliar; Área destinada à mulher vítima de violência doméstica e atores relacionados à temática; Consulta processual no Pje; Envio das notificações via push pelo WhatsApp); 32 CAJs (Centrais de Atendimento ao Jurisdicionado); Desenvolvimento de painel de monitoramento dos atendimentos; Aprimoramento da integração do sistema Sin- Contatos com a página do Balcão virtual no Portal do TJCE; Implantação do Canal de Agendamento eletrônico com Magistrados - Criação de um canal específico para agendamento de atendimento virtual com magistrados, conforme Resolução do Órgão Especial nº06/2023; Realização de atividade voltada para Magistrados e Servidores sobre a importância da escuta ativa para melhor servir; e Capacitação da equipe da Ouvidoria em parceria com a SECAP/FCB sobre o atendimento sob perspectiva de gênero.

3- Prestação de serviços: Melhora do tempo de resposta da correção de erros, ação que visou melhorar a percepção do usuário final sobre o "Funcionamento sem problema do serviço digital", cujo processo de correção de erros em produção foi simplificado, diminuindo o tempo de atendimento de 80% dos casos de 63 dias para 25 dias; Melhoria dos fluxos e tecnologia do Sistema Pje, além das migrações concluídas em Direito Público, Precatórios, Cível Comum e Cível Especializada; e 38 novos robôs para a área judiciária.

4- Uso da tecnologia da informação: Centro de Operações de Segurança (SOC) (Empresa Network); Revisão de 10 Processos de Trabalho de Segurança da Informação; Aquisição de 02 Firewall de Grande Porte e antivírus (AntiMalware); Implementação e implantação de solução de inteligência artificial para agrupamento de atos judiciais (MIDAS); e Construção de pacote de robôs para agilizar atividades das Varas de Execução Penal.

5- Comunicação com a sociedade: Facilitar o acesso a ações institucionais nos diversos canais oficiais do TJCE; Análise da viabilidade de implantação de novos canais para público externo; Realização de campanhas educativas relacionadas a temas sociais relevantes; Criação de área específica para veiculação de campanhas externas na seção da Comunicação do Portal TJCE; e Divulgação de ações institucionais nos diversos canais oficiais.

6- Transparência nas informações: Revisão de informações de contato e Reestruturação da página do Balcão Virtual no Portal



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

TJCE, para melhorar a usabilidade, facilitando a localização e o acesso.

7- Infraestrutura dos prédios: Reforma e ampliação da ESMEC; Reforma e ampliação dos Fóruns-Marco, Beberibe, Jaguaribe, Crato, Araripe, Quixadá, Ipueiras e Jardim.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas do programa finalístico em 2024.

Tabela 2-Desempenho físico das Entregas do Programa

PROGRAMA 192-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.								
Objetivo específico	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2024	Realizado em 2024	% Execução Física	Loa + créditos 2024	Empenhado 2024	% Execução orçamentária-financeira
192.1 - Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	1.808,00	3.665,00	202,71	2.515.536,00	2.283.486,61	90,78
	1898 - UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Unidade	70,00	190,00	271,43	100.162.204,79	94.988.706,24	94,83
	1899 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Unidade	263,00	245,00	93,16	1.549.563.834,07	1.533.396.616,87	98,96
	1900 - SERVIÇO OFERTADO	Unidade	400.585,00	503.292,00	125,64	56.149.589,00	47.677.050,17	84,91
	2057 - UNIDADE JUDICIÁRIA	Unidade	6,00	0,00	0,00	33.622.555,22	32.502.001,27	96,67



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	IMPLANTADA							
192.2 - Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital.	1901 - SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	12,00	42,00	350,00	42.156.452,98	39.185.012,40	92,95
192.3 - Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital.	1901 - SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	2,00	2,00	100,00	9.887.463,98	8.676.297,76	87,75
	1902 - CURSO OFERTADO	Unidade	5,00	83,00	1.660,00	1.924.843,04	1.364.518,04	70,89

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

O programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL*, cujo público-alvo consiste nas partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral, tem como objetivos específicos e respectivas entregas ofertadas para o público-alvo: 1) *Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade (AGENTE PÚBLICO CAPACITADO; UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA; UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA; SERVIÇO OFERTADO; e UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA);* 2) *Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA);* e 3) *Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA e CURSO OFERTADO).*

Durante o ano de 2024, o Programa apresentou R\$ 1.760.073.689,36 de recursos aplicados na oferta das seguintes entregas, cujos desempenhos foram: 1) *AGENTE PÚBLICO CAPACITADO:* os cursos de capacitação realizados contribuíram para capacitar 3.665 servidores e magistrados com um total de R\$ 2.283.486,61 de recursos empenhados, com realização de 202,71% de execução física e de 90,78% de execução



financeira; 2) *UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA*: 190 unidades judiciárias estruturadas com um total de R\$ 94.988.706,24 de recursos empenhados, apresentando realização de 271,43% de execução física e de 94,83% de execução financeira; 3) *UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA*: todas as iniciativas realizadas contribuíram para manter 245 unidades judiciárias com um total de R\$ 1.533.396.616,87 de recursos empenhados, apresentando realização de 93,16 % de execução física e de 98,96% de execução financeira; 4) *SERVIÇO OFERTADO*: foram 503.292 serviços cartorários gratuitos em todo o Estado com um total de R\$ 47.677.050,17 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 125,64% de execução física e de 84,91% de execução financeira; 5) *UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*: ainda não houve entrega concluída, mas apresentou um total de R\$ 32.502.001,27 de recursos empenhados aplicados nas construções de fóruns, cuja execução das obras encontra-se em andamento, obtendo-se realização de 96,67% de execução financeira; 6) *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA* para aprimorar os serviços judiciais ofertados teve execução física de 42 entregas com um total de R\$ 39.185.012,40 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 350% de execução física e de 92,95% de execução financeira; 7) *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA* para fortalecer a governança e a gestão apresentou execução física de 2 entregas com um total de R\$ 8.676.297,76 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se realização de 100% de execução física e de 87,75 % de execução financeira; e 8) *CURSO OFERTADO*: houve a entrega de 83 cursos em transformação digital com um total de R\$ 1.364.518,04 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se 1660% de execução física e 70,89% de execução financeira.

É oportuno destacar que, entre as realizações das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, estão 35 robôs desenvolvidos, 06 ferramentas de inteligência artificial (IA) desenvolvidas, aquisição de processamento (servidores), Solução Tecnológica de Folha/RH e Solução Tecnológica de Gestão Estratégica Brisk. Encontram-se ainda em fase de execução: melhorias no Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) e integração com o Processo Judicial Eletrônico (PJE), avanços para a absorção e implantação do sistema BANKJUS (sistema utilizado para integrar a Justiça às instituições bancárias), desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Arrecadação (SGA) - segunda fase, Solução Tecnológica de Backup, Solução Tecnológica de Armazenamento – Switch, Solução Tecnológica de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Serviços Integrados para Solução de Colaboração, Solução Tecnológica de Virtualização de Servidores (lote 2), 05 ferramentas de inteligência artificial em desenvolvimento (Piloto Classificador de assuntos, Piloto Classificador de Petição Inicial, Piloto Classificador de Documentos, Piloto Grafo de Legislação, Piloto Busca Ativa de Jurisprudência), 10 robôs em desenvolvimento (Robô Realizar expedientes em lote no SEEU, Robô Autorizar viagem para menores de idade, Robô Juntada de Antecedentes – Vistas ao MP no PJE, Robô Cadastro e Distribuição SEEU, Robô Juntada e Implantação SEEU, Robô Redistribuição entre regimes na mesma unidade no SEEU – 3ª Vara de Execuções Penais, Robô Comunicação Automática SEEU, Robô Fiscalizar Medidas Alternativas à Prisão no SEEU, Robô Protocolo SISBAJUD e Robô Resposta SISBAJUD) e Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema para busca integrada de jurisprudência (SJURIS).

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas aos objetivos específicos *"Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade"*, *"Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital"* e *"Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital"* mostrou-se satisfatório no ano de 2024, considerando que as entregas atingiram suas metas previstas, conforme apontado na análise anterior, e a expectativa é de melhora ao longo dos anos seguintes, a despeito de haver uma única entrega (*UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA*) que ainda não apresentou execução física concluída, porém sua respectiva execução financeira está ocorrendo a contento para ações referentes a obras de construção de fóruns em andamento. Portanto, o desempenho do programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL* vem se mostrando satisfatório, com bom progresso de execução física-financeira das entregas, contribuindo para o alcance dos objetivos específicos do programa.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro do programa por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2024.

Tabela 4-Desempenho Orçamentário/Financeiro do Programa (por Órgão Executor)

PROGRAMA 192-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)						
Órgão Executor	Descrição	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.424.167.703,78	1.418.630.095,15	1.413.092.402,97	99,61	99,22
FERMOJU	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	343.417.610,30	318.575.760,81	200.225.018,31	92,77	58,30
FUNSEG	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	8.364.765,00	4.775.847,00	3.115.153,37	57,09	37,24
FECDOJ	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.032.400,00	18.091.986,40	18.091.986,40	90,31	90,31
TOTAL		1.795.982.479,08	1.760.073.689,36	1.634.524.561,05	98,00	91,01

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

Tabela 5-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos)

PROGRAMA 192-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	45.157.776,00	40.417.575,86	38.457.518,31	89,50	85,16
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	663.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.392.720.543,78	1.391.107.147,51	1.387.529.512,88	99,88	99,63
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	357.440.429,30	328.548.965,99	208.537.529,86	91,92	58,34
TOTAL	1.795.982.479,08	1.760.073.689,36	1.634.524.561,05	98,00	91,01

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2024).

É possível verificar que, no geral, em 2024 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FECDOJ e FERMOJU, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

execução do referido programa. Destaca-se que a execução orçamentária do órgão executor FERMOJU foi alavancada principalmente pelos investimentos realizados em tecnologia da informação (infraestrutura e segurança), e na execução do Plano de Obras do Tribunal de Justiça (reformas, ampliações e construção de fóruns), que somaram R\$ 142,8 milhões de recursos empenhados, o que representou um acréscimo de 312,36% em relação aos investimentos executados em 2023.

Observa-se ainda que o FUNSEG, embora tenha apresentado execução orçamentário-financeira num patamar abaixo das outras fontes, evidenciou melhora de sua execução em 2024, alavancando o percentual de recursos empenhados para 57,09%, representando um aumento de 159,50% em relação à 2023. Isso se deu, especialmente, a partir do avanço da implementação do projeto setorial de “*Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário*”, que contribuiu para alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030. Entre as contratações previstas no escopo do projeto destacam-se os serviços de segurança armada, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x.

No que diz respeito às Fontes de Recursos, destaca-se que as fontes “756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”, “500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS”, 754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO” e “759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS” também apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Destaca-se que a fonte “754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO”, na qual são executadas as contratações dos projetos do Promojud, apresentou um percentual 67,30% superior de execução em 2024 comparativamente a 2023, o que corroborou com os bons resultados apresentados das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, conforme reportado acima.